

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

098/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 023/2020

OBJETO: Aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 098/2020

MODALIDADE LICITATÓRIA: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2020

UNIDADE SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde

OBJETO: Aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19.

DATA DA PUBLICAÇÃO DA DISPENSA: 11/05/2020

DATA DA RATIFICAÇÃO: 11 de Maio de 2020


DATA DA CONTRATAÇÃO: 11 de Maio de 2020

CONTRATADA: SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME CNPJ sob o nº 27.976.055/0001-98


VALOR GLOBAL: R\$ 19.150,00 (dezenove mil e cento e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: 30/06/2020

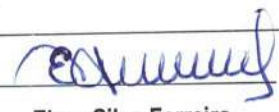
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Patrícia Oliveira de Jesus
MEMBRO



Aline Nogueira Lima Alves
PRESIDENTE




Elmo Silva Ferreira
MEMBRO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 098/2020

OBJETO: Aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19.

AUTUAÇÃO

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de Abril de 2020, autuo o ofício requisitório da secretaria e os documentos que adiante se vê.



Aline Nogueira Lima Alves
Presidente da Comissão

Buerarema, 29 de Abril de 2020

Senhor Prefeito,

Objetivando dar continuidade ao Plano de Trabalho desta gestão, solicitamos de Vossa Excelência a viabilidade financeira para Aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19.

Na certeza de podermos contar com o atendimento ao pedido ora formulado, agradecemos.

Atenciosamente,


Ivna Oliveira Mororó
Secretária Municipal de Saúde
Decreto 006/2017

Exmº. Sr.

Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira

DD. Prefeito Municipal de Buerarema

Nesta.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº

023/2020

COTAÇÕES

Relatório de Cotação

MASCARA E COLETE

Item	Preços	Valor Unit. (COMPRAS GOVERNAMENTAIS)	Quantidade	Total
1) máscara multiuso	36	R\$ 6,40	4.900 Unidades	R\$ 31.360,00
Preço ComprasNet	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria de Educação Media e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciencia e Tecnologia	NºPregão:32020 UASG:154706	04/06/2020 09:00:00	R\$ 6,99
2	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE	NºPregão:962020 UASG:453230	02/06/2020 08:30:00	R\$ 5,80
Média dos Preços Obtidos:				R\$ 6,40
2) COLETE	22	R\$ 21,38	100 Unidades	R\$ 2.138,00
Preço ComprasNet	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM	NºPregão:632020 UASG:925387	05/05/2020 09:00:00	R\$ 34,85
2	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	NºPregão:62020 UASG:154054	04/03/2020 09:33:00	R\$ 7,91
Média dos Preços Obtidos:				R\$ 21,38
Valor Global:				R\$ 33.498,00

Detalhamento dos Preços Públicos

Item 1: máscara multiuso	R\$	6,40
Quantidade	Descrição	Observação
4.900 Unidades	máscara multiuso, material 100% algodão, tipo uso reutilizável, finalidade proteção individual, dupla	0
Preço Público 1: Mediana das Propostas Finais		R\$ 6,99
Órgão:	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria de Educação Media e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciencia e Tecnologia Catarinense Instituto Federal Catarinense/Campus Brusque	Data: 04/06/2020 09:00:00
Objeto:	Eventual aquisição materiais hospitalares, insumos e reagentes para enfrentamento da pandemia de COVID 19 para o IFC campus Brusque..	Modalidade: Pregão Eletrônico
Descrição:	MÁSCARA MULTIUSO, MATERIAL 100% ALGODÃO, TIPO USO REUTILIZÁVEL, FINALIDADE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, DUPLA CAMADA,	Identificação: NºPregão:32020
CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Lote/Item: / 9
14.313.995/0001-55	POLO REPRESENTACOES LTDA	Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
21.707.794/0001-06	FAST BIO COMERCIAL EIRELI - EPP	Quantidade: 4.000,00
35.454.993/0001-56	MARIA LAURA ALTERMANN PALOMAS REPRESENTACOES	Unidade: Unidade
04.345.762/0001-80	REY-GLASS COMERCIAL LTDA - EPP	UF: SC
06.220.022/0001-43	COMERCIAL MULTVILLE LTDA - EPP	
11.186.469/0001-83	COMERCIAL SANTANA WERNECK LTDA - ME	
05.937.672/0001-41	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA - ME	
08.608.621/0001-64	GIUSTI MERLO - COMPRA, VENDA, IMPORTACAO E EXPORTACAO L	
09.430.460/0001-24	CONFECOES L.C. - EIRELI - EPP	
13.628.123/0001-13	JM INDUSTRIA DE CONFECOES E BRINDES EIRELI - EPP	
20.390.569/0001-18	C2S COMERCIAL LTDA - ME	
29.700.587/0001-23	PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI	
32.612.587/0001-86	CM EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS EIRELI	
34.834.488/0001-74	RICHARD LUCINO DE QUADROS LICITACAO E COBRANCA	
18.683.835/0001-59	DELICIO DELMAR RAMBO - EPP	
Preço Público 2: Mediana das Propostas Finais		R\$ 5,80
Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE	Data: 02/06/2020 08:30:00
Objeto:	Aquisição de material esportivo (coletes) para as aulas de Educação Física.	Modalidade: Pregão Eletrônico
Descrição:	Colete Esportivo para treino - tamanho P Confeccionado em tecido 100% poliéster, com elástico nas laterais para melhor ajuste. Medindo	Identificação: NºPregão:962020
		Lote/Item: 1 / 1
		Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
		Quantidade: 4.068,00
		Unidade: Unidade
		UF: SC

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
01.194.890/0001-82	FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA	R\$ 3,90
79.912.788/0001-62	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	R\$ 3,94
02.812.564/0001-54	PLAY FAIR CONFECOES LTDA - EPP	R\$ 3,99
00.868.882/0001-01	RODRIGO TOLOSA RICO - EPP	R\$ 4,20
32.278.840/0001-07	REH CONFECOES EIRELI	R\$ 5,19
20.510.631/0001-68	BIG BALL SPORTS - MATERIAL ESPORTIVO LTDA - ME	R\$ 5,20
11.366.017/0001-83	VANESSA RODRIGUES DE CARVALHO - ME	R\$ 5,20
20.257.784/0001-45	G T A ATACADO E VAREJO EIRELI	R\$ 5,50
35.265.064/0001-07	PLAYPRO INDUSTRIA E DISTRIBUICAO EIRELI	R\$ 5,60
19.500.045/0001-53	PLAYGOL COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA	R\$ 5,75
02.885.591/0001-57	CENTURY COMERCIAL LTDA - ME	R\$ 5,80
09.430.460/0001-24	CONFECOES L.C. - EIRELI - EPP	R\$ 5,85
03.865.570/0001-32	ALESSANDRA NUNES LORDS - ME	R\$ 6,00
13.628.123/0001-13	JM INDUSTRIA DE CONFECOES E BRINDES EIRELI - EPP	R\$ 6,00
28.629.492/0001-06	S. SCHNEIDER - EPP	R\$ 6,02
22.382.705/0001-53	RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS EIRELI	R\$ 6,02
02.194.709/0001-09	JUNIOR CESAR FORNALE - ME	R\$ 6,02
17.112.678/0001-69	T.C.G. FONSECA CONFECOES EIRELI - ME	R\$ 6,02
17.679.774/0001-93	TRUSTY DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	R\$ 6,02
06.951.656/0001-76	ELYSIUM INC. NEGOCIOS - EIRELI	R\$ 8,90
23.603.476/0001-12	ALFAIATARIA DE UNIFORMES LTDA - ME	R\$ 25,00

Item 2: COLETE

Quantidade	Descrição
100 Unidades	COLETE

R\$ 21,38

Observação
0

Preço Público 1: Mediana das Propostas Finais

Órgão:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

Objeto:

Aquisição de Jalecos, Coletes e Camisas Sociais..

Descrição: Colete em tecido Tactel, 04 bolsos frontais externos com fechamento em zíper, fechamento frontal com zíper, duplo elástico na cintura, cor

R\$ 34,85

Data: 05/05/2020 09:00:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

Identificação: NºPregão:632020

Lote/Item: / 1

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 291,00

Unidade: Unidade

UF: PA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
10.614.837/0001-84	LICITEC COMERCIAL LTDA - EPP	R\$ 22,74
31.777.356/0001-60	ESTILO MILITAR COMERCIO DE VESTUARIO, ACESSORIOS E CALC	R\$ 22,85
36.322.810/0001-01	M3K COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 23,06
20.093.338/0001-42	N N DE SOUSA EIRELI - ME	R\$ 26,00
17.231.920/0001-13	BELO BRASIL UNIFORMES LTDA - ME	R\$ 29,90
11.917.073/0001-69	F F GARCIA	R\$ 29,99
78.585.262/0001-52	EXCLUMISA INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA - ME	R\$ 32,00
09.214.944/0001-36	TEREZINHA APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS	R\$ 32,70
27.421.802/0001-21	BDC CONSTRUcoes EIRELI	R\$ 34,70
11.250.876/0001-02	CAMILA CRISTINA PEREIRA - ME	R\$ 35,00
28.640.562/0001-19	L N INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES EIRELI	R\$ 37,29
20.608.529/0001-08	HICARO S COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PAR	R\$ 38,10
11.540.122/0001-97	DSP CONFECOES LTDA - ME	R\$ 38,25
21.581.716/0001-08	DANY KAITON PINHO DOS SANTOS	R\$ 39,00
06.916.722/0001-77	R.B.M.F. COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME	R\$ 42,00
21.693.614/0001-76	R I COMERCIO DE UNIFORMES E DE EPI LTDA - ME	R\$ 42,40
85.086.197/0001-86	JONISAN - INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA - EPP	R\$ 42,50
08.084.695/0001-49	ELLEN MOALLEM - ME	R\$ 60,00

Preço Público 2: Mediana das Propostas Finais

Órgão:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Objeto: Aquisição de materiais de consumo e permanente para prática de esportes e para medicina esportiva, em atendimento à demanda das Unidades: CCE/PROECE, CPAN, CPNA, CPPP e FAED, da Universidade

Descrição: COLETE, MATERIAL TECIDO TRILOBAL, COR AMARELO, TAMANHO G, USO ESPORTIVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LOGOTIPO, ELÁSTICOS

R\$ 7,91

Data: 04/03/2020 09:33:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

Identificação: NºPregão:62020

Lote/Item: / 72

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 360,00

Unidade: Unidade

UF: MS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
08.946.498/0001-91	MARKAS DE RESENDE LTDA - EPP	R\$ 7,00
04.611.754/0001-39	ANDRE LUIZ BERTOLASCE & CIA LTDA - ME	R\$ 7,50
05.162.027/0001-02	MANA RIO CONFECOES, COMERCIO, SERVICOS E MATERIAS DE B	R\$ 8,32
16.501.564/0001-48	C & C CAMPINAS COMERCIAL LIMITADA EPP	R\$ 8,33



SUBLiME

CAMISAS PERSONALIZADAS

SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA. ME

CNPJ: 27976055/0001-98

73 3617-5702

ORÇAMENTO/COTAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa visando o fornecimento de EPI (Equipamento de Proteção Individual) máscara de proteção para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde, em atuação ao combate do COVID-19, no município de Buerarema/BA.

EMPRESA: SALES GAMA VIANA CONF. E COM. LTDA-ME

CNPJ: 27.976.055/0001-98

ENDEREÇO: AV. PRINCESA ISABEL, 1639, SÃO CAETANO - ITABUNA BA

Planilha Orçamentária

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VAL UNIT.	VAL. TOTAL
1	Mascaras de Proteção individual com 1 camadas de Tricoline 100% algodão e 1 camada de 100% poliéster com a estampa da logomarca e as alças de viés fixa.	UNID	4.900	3,50	17.150,00
2	Colete aberto, personalizado sublimação total, tecido Oxford, com elásticos nas laterais.	UNID	100	20,00	2.000,00
				TOTAL:	R\$19.150,00

BA ITABUNA 30 ABRIL, 2020.

27.976.055/0001-98

SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E
COMÉRCIO LTDA-ME

Patricia Viana

Carimbo e Assinatura da Empresa
Av. Princesa Isabel, 1639
São Caetano

CEP-45 607-003

Itabuna-BA



camisas.sublime@gmail.com



Av. Princesa Isabel, 1639
São Caetano - Itabuna - Ba

AO

SETOR CONTABIL

De acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, determino que Vossa Senhoria informe quanto à existência de recursos orçamentários capazes de atender à respectiva despesa para Aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19.

Gabinete do Prefeito, 30 de Abril de 2020



Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira

Prefeito Municipal

Ao Gabinete do Prefeito

Informamos que existe disponibilidade orçamentária para atender as despesas referidas neste processo:

- a) Poder: 02 – Poder Executivo
- b) Órgão: 08 – Secretaria de Saúde
- c) Unidade: 020802 – Fundo Municipal de Saúde
- d) Função: 10 – Saúde
- e) Sub-função: 122 – Administração Geral
- f) Programa: 0002 – Saúde e Qualidade de Vida
- g) Atividade/Projeto: 2053 – Enfrentamento de Emergência COVID-19
- h) Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
- i) Fonte de Recurso: 14 – Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Enfrentamento de Emergência COVID-19

Buerarema – Ba, 04 de Maio de 2020



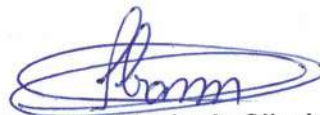
Manoel Cristian Santos Ramos
Setor Contábil

A

Procuradoria Jurídica

O Prefeito Municipal de Buerarema/BA no uso de suas atribuições legais informa que após analisar o pedido da Secretaria Municipal de Saúde, considerando a necessidade de Aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19, solicita para manifestar o DD Procurador sobre o referido processo nº. 098/2020, opinando e emitindo seu parecer sobre o melhor procedimento a ser adotado nesta contratação solicitada.

Gabinete do Prefeito, 05 de Maio de 2020



Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira

Prefeito Municipal



Parecer

Proc. Administrativo 098/2020

Dispensa de Licitação nº 023/2020

***DISPENSA DE LICITAÇÃO – AQUISIÇÃO DE
INSUMOS DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DA
PANDEMIA CAUSADA PELO CORONAVÍRUS –
REGULARIDADE – LEI 13.979/20 - MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 926/202.***

1. Relatório.

Com a finalidade de obter parecer jurídico sob a regularidade e possibilidade do enquadramento legal e contratação direta, o Setor de Licitações da Prefeitura de Buerarema encaminha à Consultoria Jurídica uma minuta de Édito que intitulou de ATO FORMAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 023/2020 cuja parte inicial descreve a dispensa da seguinte forma:

“O Prefeito Municipal de Buerarema, no uso da competência que lhe outorga a Lei Federal 13.979/20 e a Medida Provisória nº 926/20, no parecer da Comissão Permanente de Licitação e no Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica Municipal, vem formalizar a DISPENSA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, para a **aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19.** Prazo 30/06/2020. Totalizando R\$ 19.150,00 (dezenove mil cento e cinquenta reais), constantes do respectivo Processo de Dispensa de Licitação 023/2020, devendo ser celebrado o contrato



com a Empresa **SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME**, Empresa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.976.055/0001-98, com sede na Cidade de Itabuna/BA, na Avenida Princesa Isabel, nº 1.639, Térreo B, Bairro São Caetano, CEP: 45.607-003. Publique-se no local de costume. Celebre-se o respectivo contrato, que será regido obedecendo às formalidades de direito público, na forma do art. 61 e 62 da lei 8.666/93, cuja minuta foi aprovada pela Procuradoria Jurídica.

2. Considerações Preliminares.

De início, convém destacar que para efeito de análise foi encaminhado apenas uma minuta de Édito (Ato Formal de Dispensa de Licitação nº 017/2020), motivo pelo qual o opinativo tratará dos demais termos da avença de forma genérica e abstrata. Além do mais, esta consultoria presta parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

De fato, presume-se que as especificações técnicas, inclusive quanto ao detalhamento do objeto sob análise, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Ademais, entende-se que as manifestações desta Consultoria Jurídica são de natureza opinativa e, portanto, não são vinculantes para o gestor público, o qual pode, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa daquela emanada da consultoria jurídica. Ou seja, o presente opinativo, como simples orientação jurídica, tem natureza obrigatória, porém, não vinculante e visa auxiliar a Administração Pública na tomada das decisões que atendam primordialmente o interesse público.



3. Sinopse.

Em resposta à grave situação epidemiológica de alcance global, foi editada em 06 de fevereiro de 2020, a Lei Federal nº 13.979 que “dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”. Dentre as medidas estabelecidas para enfrentamento de tal situação, o artigo 4º da Lei nº 13.979/2020 estabeleceu hipótese excepcional e temporária de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus.

Trata-se, com efeito, da criação de uma nova hipótese de dispensa de licitação, ainda que temporária, que se soma às demais estabelecidas no art. 24 da Lei 8.666/93. Somando-se a isso, em 20 de março de 2020 foi editada a Medida Provisória nº 926/2020 que alterou a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre os procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública já mencionada, com destaque para a redução pela metade dos prazos a serem adotados nos procedimentos licitatórios na modalidade de Pregão, seja eletrônico ou presencial.

Considerando que os artigos 4º a 4º-I da atual redação da Lei nº 13.979/2020 aplicam-se a todas as esferas federativas União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Considerando, ainda, a possibilidade da existência de processos e expedientes administrativos recorrentes ou com caráter repetitivo em que sejam suscitadas a essa Consultoria Jurídica sobre questões com os mesmos pressupostos de fato e de direito para os quais seja possível estabelecer uma orientação jurídica uniforme, justifica-se a elaboração do presente parecer normativo a fim de permitir o atendimento das exigências legais a partir da adoção das recomendações formuladas na presente manifestação.

4. Da Fundamentação.



Conforme disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores a Administração Pública deve selecionar com quem contratar, definir as condições de fato e de direito no intuito de obter sempre a proposta mais vantajosa, subordinando-se aos princípios legais. Nesse sentido, entende-se por proposta mais vantajosa aquela em que a prestação do serviço pelo particular se adequa e satisfaz ao interesse público, além da Administração assumir prestação menos onerosa com a melhor qualidade do serviço.

Portanto, a ausência de licitação somente se admite por exceção e, tão somente, nos casos indicados em lei. As exceções encontram respaldo constitucional e nas definições legais da Lei de Licitação e Contratos Administrativos. Neste contexto, surge a Lei Federal 13.979/2020 que institui normas específicas para aquisição de produtos e serviços em regime emergencial para ações diretas de enfrentamento ao novo coronavírus por meio de dispensa de licitação e na modalidade pregão.

A dispensa de licitação disciplinada pela Lei nº 13.979/2020 inaugura uma hipótese específica de contratação direta com uma finalidade precisa: o necessário enfrentamento da situação decorrente da ameaça representada pela COVID-19. A dispensa tratada pela novel legislação, além de possuir destinação específica, se caracteriza por ser temporária, ou seja, somente pode ser invocada enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Note-se que as contratações diretas a serem entabuladas no âmbito da Lei nº 13.979/2020 não se confundem em absoluto com as contratações emergenciais típicas, seja pelo procedimento diferenciado tratado pela norma, seja pela aplicação direcionada e temporária. O art. 4º da Lei nº 13.979, de 2020, delimita o universo de aplicação para as contratações relacionadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, assim como disciplina seu funcionamento:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional



decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

A norma não abarcou expressamente a possibilidade de utilização da nova hipótese de dispensa no caso de necessidade de contratação e execução de obras de engenharia, sendo possível afirmar que a aplicação da dispensa restringe-se a: bens; serviços, incluindo os de engenharia e insumos de saúde. As obras de engenharia não foram contempladas e poderão, se for o caso, serem disciplinadas em futuras alterações normativas. Ressalta-se que a dispensa de licitação em destaque na Lei Federal têm vigência contida, isto é, somente podendo ser utilizada no período enquanto durar a situação de emergência.

4.1. Presunção legal de atendimento das condições para a dispensa

O artigo 4º-B da Lei n.13.979/2020, estabelece, de forma taxativa, nos incisos I a IV, todas as condições que se presumem já atendidas. São elas: ocorrência de situação de emergência; necessidade de ponto atendimento da situação de emergência; existência de risco a segurança das pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares e limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

Com efeito, em face da grave e urgente calamidade pública que assola o país e o mundo, decidiu a Lei, em observância ao princípio da eficiência insculpido no art. 37, caput da CF/88, que não seria razoável exigir que o gestor público declinasse, em cada um dos processos de aquisição, os fatos e circunstâncias que são de conhecimento público e notório.

Ocorre, no entanto, que tal presunção, embora desobrigue o gestor público de apresentar repetidamente, e de forma prévia, as justificativas da emergência e da necessidade da contratação, implica a sua responsabilização caso sobrevenha prova em sentido



contrário, ou seja, de que as circunstâncias fáticas que fundamentaram a contratação por força desta autorização legal específica carecem de veracidade.

Dito isso, conclui-se que a simples compra de um medicamento e/ou aparelhos de saúde ou hospitalares, por exemplo, não é suficiente por si só para que o Estado deixe de realizar o procedimento de licitação com base na Lei Federal 13.979/20, sendo necessário que demonstre que os bens e os insumos desejados sejam comprovadamente adequados para combater a situação decorrente da Covid—19. Neste sentido, opinou a AGU - Advocacia Geral da União, em recente parecer sobre o tema:

(...) para a configuração da contratação direta emergencial por dispensa de licitação, devem ser preenchidos os seguintes pressupostos:

- a) Demonstração concreta e efetiva de que a aquisição de bens e insumos de saúde serão destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;
- b) Demonstração de que contratação é via adequada e efetiva para eliminar o risco.

Dessa forma, a celeridade buscada pelo legislador, ao passo que mitiga algumas exigências previstas na sistemática da Lei nº 8.666/93, impõe ao gestor público o dever de cautela e de apuração das circunstâncias fáticas que orientam para eventual contratação direta sob tal fundamento. Vale ressaltar que a permissão aqui estudada não admite interpretações extensivas, de modo que os requisitos acima elencados devem observados pelo Poder Público no momento da contratação, sob risco de incorrer em improbidade administrativa.

4.2. Da ampla divulgação das informações

As contratações realizadas por meio da habilitação legal prevista na Lei 13.979/2020 - que deve atender a interesses e necessidades públicas - deverão ser imediatamente disponibilizadas em site oficial específico, cumprindo assim com os deveres de transparência e ampla publicidade das atividades da Administração Pública.



Nesse sentido, o § 2º, do mencionado art. 4º, estabelece que essa divulgação na rede mundial de computadores deverá obedecer, no que couber, as exigências do art. 8º, § 3º, da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), apresentado, ainda, “o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição”.

4.3. Não exigência de estudos preliminares para as contratações de bens e serviços comuns.

A Lei em apreço, após modificações do Poder Executivo, passou a não exigir, para contratação de bens e serviços comuns, por meio da dispensa nela prevista, a elaboração de estudos preliminares pela Administração contratante.

Buscou-se, portanto, a simplificação do procedimento quando a contratação direta destinada ao enfrentamento da emergência de saúde pública proveniente do coronavírus tiver como objeto bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado (conforme parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002).

4.4. Da admissão de termo de referência básico e de projeto básico simplificados.

A Lei nº 19.979/2020, alterada pela MP nº 926/2020, admite, em seu art. 4º-E, que, para as contratações para enfrentamento da situação emergencial causada pelo coronavírus, a apresentação de termo de referência simplificado e projeto básico simplificado, evitando, pois, que a excessiva complexidade da documentação pré-contratual venha ser um entrave a efetividade das contratações, evitando-se, pois, a majoração dos danos causados pela covid-19.

4.5. Contratos com vigência de até 6 meses

Por força do artigo 4º-H, da Lei n. 13.979/2020 restou estabelecido o prazo de até seis meses para duração dos contratos, bem como a possibilidade de prorrogação das contratações por sucessivos períodos enquanto perdurar a necessidade de



enfrentamento da situação de emergência de saúde pública. No ponto, se afasta radicalmente, diante da especialidade da norma, as discussões sobre a possibilidade ou não de prorrogação inerentes as contratações emergenciais disciplinadas pelo artigo 24, IV, a Lei n. 8.666/93.

Importante observar que o encerramento do estado de emergência não acarretará a rescisão abrupta dos contratos alusivos aos procedimentos regidos nesta Lei. Isto porque os eventuais efeitos da situação de emergência serão sentidos por mais algum tempo e aqueles que porventura foram acometidos pela enfermidade não podem ser abandonados sem o cuidado necessário. Cite-se:

Art.8º Esta Lei vigorará enquanto perdurar o estado de emergência de saúde internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, exceto quanto aos contratos de que trata o art. 4º-H, que obedecerão ao prazo de vigência neles estabelecidos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Aqui cabe fazer uma distinção. O Art. 4º-H condiciona a prorrogação (e não a vigência contratual em si) à necessidade de enfrentamento da situação. Ademais, o art. 8º é claro ao preservar a vigência dos contratos quando encerrado o estado de emergência. Desse modo, o fim da emergência (ou da necessidade de enfrentamento dos seu efeitos) poderá eliminar a possibilidade de novas prorrogações, mas não afeta o prazo de vigência já estabelecido ou prorrogado, muito menos é causa para a sua rescisão antecipada.

4.6. Da relativização da documentação e da permissão para contratação com empresas impedidas

O art. 4º-F, da Lei nº 13.939/2020 permite, ainda, que, excepcionalmente, a autoridade pública competente, dispense, da contratada, documentação de habilitação. Será, possível, portanto, a dispensa de “apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição”.



Além do mais, as alterações formuladas pela MP nº 926/2020 tornaram possíveis, na dispensa de licitação prevista na Lei 13.979/2020, contratações de “bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso”. No entanto, para isso, o legislador exige que o particular em questão seja o único fornecedor do bem ou serviço a ser adquirido.

Assim, ainda que a empresa se encontre impedida, no momento da contratação, de licitar ou contratar com o Estado, para fins de obter soluções ao enfretamento da situação de emergência, será possível realizar sua contratação.

4.7. Dispensa excepcional da estimativa de preços

Conforme previsto no § 2º do art. 4º-E, excepcionalmente, será dispensada a estimativa de preços, mediante justificativa da autoridade competente. A realização da estimativa de preços não impede a contratação pelo Poder Público por valores superiores que decorram de oscilações ocasionadas pela variação de preços, o que deverá ser justificado nos autos do processo de contratação (art. 4º-E, §3º).

A Cotação de preços deverá obedecer as seguintes regras:

a) Verificação de preços no Portal de Compras do Governo Federal; b) pesquisa publicada em mídia especializada; c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; d) contratações similares de outros entes públicos; ou e) pesquisa realizada com potenciais fornecedores, sendo recomendada a apresentação de pelo menos três cotações.

Entendemos que tal possibilidade somente poderá ser utilizada pelo gestor público em casos excepcionalíssimos nos quais a necessidade de aquisição é tão urgente, e o risco do perecimento do bem jurídico que se visa proteger com a contratação é tão elevado, que não se mostraria razoável a realização de qualquer diligência para a realização da estimativa de preços. Poder-se-ia, da mesma forma, dispensar a realização de tal estimativa de preços caso houvesse demonstração inequívoca de que a aferição de preços em mercado revela-se manifestamente impossível. De qualquer forma, por se tratar de dispensa de exigência



que, caso mal utilizada, poderá frustrar os princípios da economicidade e da obtenção da proposta mais vantajosa, deve o gestor, ao assim proceder, apresentar a devida justificativa para não realizar a estimativa de preços.

5. Conclusão.

Desta forma, não obstante o permissivo legal para a dispensa de licitação nas aquisições destinadas ao enfrentamento da COVID-19, deve o gestor público sempre observar os princípios que lhe são impostos pelo art. 37 da Constituição Federal, bem como aqueles previstos no art. 3º da Lei 8.666/93 e mesmo se tratando de procedimento de contratação direta, deve ser observado o rito e a instrução da denominada fase interna do procedimento, de acordo com as regras da Lei nº 13.979/2020, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

Devem ser cumpridas as exigências do art. 26, parágrafo único, II e III da Lei nº 8.666/93, instruindo-se os autos com a razão da escolha do fornecedor ou executante e a justificativa do preço. No que diz respeito à pesquisa de preços que embasará a aquisição, devem ser observadas as regras especiais quanto à justificativa de preços introduzida pela Medida Provisória nº 926/2000.

Isto posto, concluímos que há possibilidade jurídica inerente ao caso concreto, desde que cumpridas as providências de praxe e atendidos os apontamentos que foram elencados neste parecer. Ressalta-se que o processo em tela submetido à análise desta assessoria jurídica seja remetido à Controladoria Geral do Município, a quem cabe, através de seus sistemas de controle interno examinar o processo sob os aspectos da publicidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade.

É o parecer, SMJ.

Buerarema, 06 de maio de 2020.

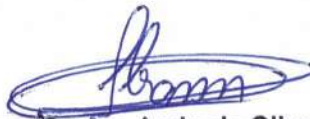
Álvaro Ferreira
OAB BA 9.465

A

Comissão de Licitação

O Prefeito Municipal de Buerarema/BA no uso de suas atribuições legais informa que após analisar o pedido da Secretaria Municipal de Saúde e com base no parecer emitido pela Procuradoria Jurídica que define a DISPENSA DE LICITAÇÃO como modalidade apropriada para contratação do objeto: Aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19, autorizo a Comissão a proceder a abertura do procedimento Legal de licitação com base na legislação vigente apontado no parecer jurídico, oriundo do processo administrativo nº 098/2020 e seus anexos.

Gabinete do Prefeito, 07 de Maio de 2020



Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2020

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 023/2020, VINCULADO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 098/2020

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Buerarema necessita proceder a Aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19, para estabelecer o bom funcionamento do ente público, no período de Pandemia do Coronavírus, peço que se firme contrato com a respectiva pessoa, obedecendo às normas da Lei Federal n° 8.666/93, da Lei Federal 13.979/20 e a da Medida Provisória n° 926/20, conforme especificação da Secretaria solicitante do objeto;

CONSIDERANDO o Parecer emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura que recomendou por Dispensa de Licitação;

CONSIDERANDO que a contratada atendeu as exigência de qualificação fiscal, trabalhista e jurídica;

CONSIDERANDO que há disponibilidade de recursos financeiros para arcar com os custos da contratação, conforme informação do contador deste Município.

CONSIDERANDO, que a relação do art. 197 com o inciso XXI do art 37, ambos da Constituição, é de perfeita harmonia. Os termos da lei descritos no art. 37 nos faz crer se trata do Poder Público local a competência. Referida competência se espraia pelas seguintes matérias: a) regulamentação; b) fiscalização; c) controle; d) execução do serviço, que poderá ser feita diretamente ou através de terceiros e também por pessoa física ou jurídica de direito privado.


CONSIDERANDO, o Poder político local jamais se eximirá de prestar o serviço público a sua população. Ambos são princípios constitucionais expressos, portanto, princípios que devem ser obedecidos por todas as normas do Estado, inclusive pela Lei n° 8.666/93.

CONSIDERANDO, que os preços estão dentro do praticado no mercado, preenchem as condições e requisitos para atender ao objeto solicitado, cujo contrato deverá ser celebrado com observância das regras previstas da 8.666/93, criou-se imediatamente o interesse coletivo primário visando o interesse social.

Com base no parecer jurídico que concluiu que, objetivando cumprir os princípios da legalidade, moralidade e publicidade, opinou pela Dispensa de Licitação por tratar-se de serviço necessário ao atendimento das finalidades da Secretaria solicitante, por essas razões, a comissão cumpre o apontado no parecer Jurídico, usando por base as Leis Federais n° 8.666/93, 13.979/20 e a Medida Provisória n° 926/20, para a contratação com a Empresa **SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME**, Empresa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n° 27.976.055/0001-98, com sede na Cidade de Itabuna/BA, na Avenida Princesa Isabel, n° 1.639, Térreo B, Bairro São Caetano, CEP: 45.607-003, com um valor de R\$ 19.150,00 (dezenove mil e cento e cinquenta reais). Registre-se e Publique-se.

Buerarema – BA, 11 de Maio de 2020


Aline Nogueira Lima Alves – Presidente


Patrícia Oliveira de Jesus - Membro


Elmo Silva Ferreira – Membro

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2020

ATA/PARECER DA COMISSÃO

Ao

Gabinete do Prefeito

**ATA/PARECER DA COMISSÃO DO RESULTADO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2020**

Reunião da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Buerarema-Ba, reunida com a finalidade específica de instrução de processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base nas Leis Federais nº 8.666/93, 13.979/20 e a Medida Provisória nº 926/20.

Com base nas Leis Federais nº 8.666/93, 13.979/20 e a Medida Provisória nº 926/20, solicitamos ao Exmº Sr. Prefeito o reconhecimento da situação de DISPENSA DE LICITAÇÃO, motivado pela necessidade apontada pela unidade solicitante, com base no Parecer da Procuradoria Jurídica Municipal, objetivando a Aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19, para a contratação com a Empresa **SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME**, Empresa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.976.055/0001-98, com sede na Cidade de Itabuna/BA, na Avenida Princesa Isabel, nº 1.639, Térreo B, Bairro São Caetano, CEP: 45.607-003, com um valor total de R\$ 19.150,00 (dezenove mil e cento e cinquenta reais). Após análise profunda sobre a contratação em comento, ressaltando ter sido dada a devida importância ao fato de que o preço apresentado esta condizente com preço de mercado, não havendo, portanto, superfaturamento. Devendo, pois, após a devida homologação pelo chefe do Poder Executivo, do nosso parecer, proceder à devida publicação nos meios legais, para que surta os efeitos desejados.

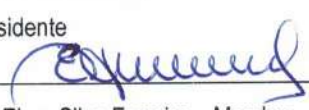
Buerarema-Ba, 11 de Maio de 2020



Patricia Oliveira de Jesus - Membro



Aline Nogueira Lima Alves – Presidente



Elmo Silva Ferreira – Membro

Exmº. Srº

Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira

D.D Prefeito Municipal de Buerarema

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 023/2020

DOCUMENTAÇÃO DA CONTRATADA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.976.055/0001-98 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/06/2017
NOME EMPRESARIAL SALES GAMA VIANA CONFECÇOES E COMERCIO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SUBLIME CAMISETARIA		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 14.12-6-01 - Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV PRINCESA ISABEL	NÚMERO 1639	COMPLEMENTO TERREOB
CEP 45.607-003	BAIRRO/DISTRITO SAO CAETANO	MUNICÍPIO ITABUNA
		UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO CAMISAS.SUBLIME@GMAIL.COM	TELEFONE (73) 3617-5702/ (73) 9164-2979	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/06/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 21/04/2020 às 08:48:18 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

**CONTRATO DA SOCIEDADE LIMITADA:
SALES GAMA VIANA CONFECÇOES E COMERCIO LTDA**

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato Social:

EVERTHON VINICIUS DE CARVALHO SALES nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 18/07/1991, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF nº 047.425.175-63, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 12808315 88, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado no(a) RUA BOM JESUS DA LAPA, 160, SARINHA ALCANTARA, ITABUNA, BA, CEP 45.608-100, BRASIL.

GABRIEL DO NASCIMENTO VIANA nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 06/07/1992, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF nº 051.088.775-95, CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO nº 05366634470, órgão expedidor DETRAN - BA, residente e domiciliado no(a) RUA N (RES G PINHO), 133, VILA ANALIA, ITABUNA, BA, CEP 45.608-334, BRASIL.

PATRICK SANTOS GAMA nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 01/10/1992, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF nº 058.835.585-26, CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO nº 05525547920, órgão expedidor DETRAN - BA, residente e domiciliado no(a) RUA POTAMIANO, 458, SAO CAETANO, ITABUNA, BA, CEP 45.607-035, BRASIL.

Resolvem constituir uma sociedade limitada mediante as seguintes cláusulas.

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade gira sob o nome empresarial SALES GAMA VIANA CONFECÇOES E COMERCIO LTDA e nome fantasia SUBLIME CAMISETARIA.

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade tem sede: AVENIDA PRINCESA ISABEL, 1639, TERREO B, SÃO CAETANO, ITABUNA, BA, CEP 45.607-003.

CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a três quartos do capital social, nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/2002.

DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA. A sociedade tem por objeto(s) social(ais):

CONFECÇÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO E COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO.

CODIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Req: 8170000257407 DBE:
ba9718950500005108877595

Página 1



Certifico o Registro sob o nº 29204419977 em 16/06/2017
Protocolo 174957351 de 18/04/2017
Nome da empresa SALES GAMA VIANA CONFECÇOES E COMERCIO LTDA ME NIRE 29204419977
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 159628238540276
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/06/2017
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

**CONTRATO DA SOCIEDADE LIMITADA:
SALES GAMA VIANA CONFECÇOES E COMERCIO LTDA**

medida.

4781-4/00 - comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.

CLÁUSULA QUINTA. A empresa iniciará suas atividades a partir da data do arquivamento e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA SEXTA: O capital social subscrito será de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) dividido em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país.

Parágrafo Único: O capital social fica assim distribuído entre os sócios:

EVERTHON VINICIUS DE CARVALHO SALES, com 33.330 (trinta e três mil e trezentos e trinta) quotas, perfazendo um total de R\$ 33.330,00 (trinta e três mil trezentos e trinta reais) integralizado;

GABRIEL DO NASCIMENTO VIANA, com 33.340 (trinta e três mil e trezentos e quarenta) quotas, perfazendo um total de R\$ 33.340,00 (trinta e três mil trezentos e quarenta reais) integralizado;

PATRICK SANTOS GAMA, com 33.330 (trinta e três mil e trezentos e trinta) quotas, perfazendo um total de R\$ 33.330,00 (trinta e três mil trezentos e trinta reais) integralizado;

CLÁUSULA SÉTIMA. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE

CLÁUSULA NONA. A administração da sociedade caberá isoladamente a **GABRIEL DO NASCIMENTO VIANA** nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 06/07/1992, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF nº 051.088.775-95, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 1280873400, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado no(a) RUA N (RES G PINHO), 133, VILA ANALIA, ITABUNA, BA, CEP 45.608-334, BRASIL com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse

Req: 81700000257407 DBE:
ba9718950500005108877595

Página 2



Certifico o Registro sob o nº 29204419977 em 16/06/2017
Protocolo 174957351 de 18/04/2017
Nome da empresa SALES GAMA VIANA CONFECÇOES E COMERCIO LTDA ME NIRE 29204419977
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 159628238540276
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/06/2017
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

**CONTRATO DA SOCIEDADE LIMITADA:
SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA**

social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Parágrafo único. No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de pro labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA DÉCIMA. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

§ 1º Por deliberação dos sócios a distribuição de lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado.

§ 2º A distribuição dos lucros poderá não obedecer a participação do sócio desde que aprovada pelos sócios cotistas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es), quando for o caso.

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

Req: 8170000257407 DBE:
ba9718950500005108877595

Página 3



Certifico o Registro sob o nº 29204419977 em 16/06/2017
Protocolo 174957351 de 18/04/2017
Nome da empresa SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME NIRE 29204419977
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 159628238540276
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/06/2017
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

**CONTRATO DA SOCIEDADE LIMITADA:
SALES GAMA VIANA CONFECÇOES E COMERCIO LTDA**

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

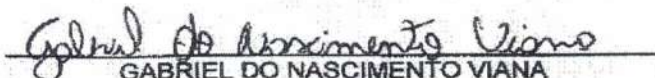
FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Fica eleito o foro de ITABUNA para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

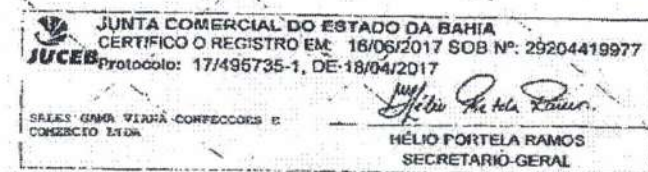
E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento.

ITABUNA, 22 de março de 2017.


EVERTHON VINICIUS DE CARVALHO SALES
CPF: 047.425.175-63


GABRIEL DO NASCIMENTO VIANA
CPF: 051.088.775-95


PATRICK SANTOS GAMA
CPF: 058.835.585-26



Req: 81700000257407 DBE:
ba9718950500005108877595

Página 4



Certifico o Registro sob o nº 29204419977 em 16/06/2017
Protocolo 174957351 de 18/04/2017
Nome da empresa SALES GAMA VIANA CONFECÇOES E COMERCIO LTDA ME NIRE 29204419977
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 159628238540276
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/06/2017
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL N° 1 DA SOCIEDADE SALES GAMA VIANA
CONFECOES E COMERCIO LTDA ME**

CNPJ n° 27.976.055/0001-98

GABRIEL DO NASCIMENTO VIANA nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 06/07/1992, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF n° 051.088.775-95, CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO n° 05366634470, órgão expedidor DETRAN - BA, residente e domiciliado no(a) RUA N (RES G PINHO), 133, VILA ANALIA, ITABUNA, BA, CEP 45608334, BRASIL.

EVERTHON VINICIUS DE CARVALHO SALES nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 18/07/1991, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF n° 047.425.175-63, CARTEIRA DE IDENTIDADE n° 1280831588, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado no(a) RUA BOM JESUS DA LAPA, 160, SARINHA ALCANTARA, ITABUNA, BA, CEP 45608100, BRASIL.

PATRICK SANTOS GAMA nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 01/10/1992, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF n° 058.835.585-26, CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO n° 05525547920, órgão expedidor DETRAN - BA, residente e domiciliado no(a) RUA POTAMIANO, 458, SÃO CAETANO, ITABUNA, BA, CEP 45607035, BRASIL.


Sócios da Sociedade Limitada de nome empresarial SALES GAMA VIANA CONFECOES E COMERCIO LTDA ME, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE n° 29204419977, com sede Avenida Princesa Isabel, 1639, Terreo B, São Caetano Itabuna, BA, CEP 45.607-003, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Juridica/MF sob o n° 27.976.055/0001-98, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei n° 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

QUADRO SOCIETÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Retira-se da sociedade o sócio(a) GABRIEL DO NASCIMENTO VIANA, detentor de 33.340 (Trinta e Três Mil e Trezentos e Quarenta) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, correspondendo a R\$ 33.340,00 (Trinta e Três Mil Trezentos e Quarenta Reais).

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

CLÁUSULA SEGUNDA. O sócio(a) GABRIEL DO NASCIMENTO VIANA transfere quotas de capital social, que perfaz o valor de R\$33.340,00 (Trinta e Três Mil Trezentos e Quarenta Reais), direta e irrevocavelmente ao sócio PATRICK SANTOS


- Patrick Santos Gama



Req: 81700000741163

Página 1



Certifico o Registro sob o n° 97693353 em 30/08/2017
Protocolo 173906427 de 30/08/2017
Nome da empresa SALES GAMA VIANA CONFECOES E COMERCIO LTDA ME NIRE 29204419977
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAO/DOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 263515419549065
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2017
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 1 DA SOCIEDADE SALES GAMA VIANA
CONFECCOES E COMERCIO LTDA ME**

CNPJ nº 27.976.055/0001-98

GAMA, da seguinte forma: VENDAS DAS TOTALIDADES SUAS COTAS DE CAPITAL SOCIAL, dando plena, geral e irrevogável quitação.

Após a cessão e transferência de quotas, e da retirada de sócio(a), o capital social da sociedade no valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) dividido em 100.000 (Cem Mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada, subscrito e integralizado em moeda corrente do país, fica assim distribuído:
EVERTHON VINICIUS DE CARVALHO SALES, com 33.330 (Trinta e Três Mil e Trezentos e Trinta) quotas, perfazendo um total de R\$ 33.330,00 (Trinta e Três Mil Trezentos e Trinta Reais)
PATRICK SANTOS GAMA, com 66.670 (Sessenta e Seis Mil e Seiscentos e Setenta) quotas, perfazendo um total de R\$ 66.670,00 (Sessenta e Seis Mil Seiscentos e Setenta Reais)
Totalizando o valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais).

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA. A administração da sociedade caberá **ISOLADAMENTE** a(o) Sócio(a) **EVERTHON VINICIUS DE CARVALHO SALES**, **ISOLADAMENTE** a(o) Sócio(a) **PATRICK SANTOS GAMA** com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

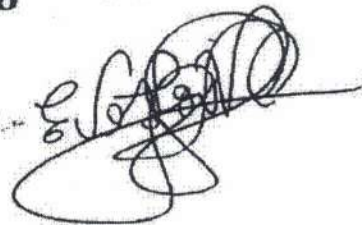
DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA QUARTA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO



Patrick Santos Gama



Req: 8170000741163

Página 2



Certifico o Registro sob o nº 97693353 em 30/08/2017
Protocolo 173906427 de 30/08/2017
Nome da empresa SALES GAMA VIANA CONFECCOES E COMERCIO LTDA ME NIRE 29204419977
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.asp>
Chancela 263515419549065
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2017
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 1 DA SOCIEDADE SALES GAMA VIANA
CONFECÇOES E COMERCIO LTDA ME**

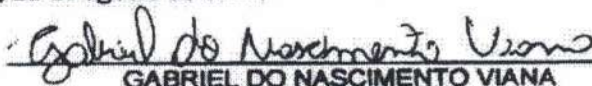
CNPJ nº 27.976.055/0001-98

CLÁUSULA QUINTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece ITABUNA-BA.

CLÁUSULA SEXTA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.


E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

ITABUNA-BA, 22 de agosto de 2017.


GABRIEL DO NASCIMENTO VIANA
CPF: 051.088.775-95


EVERTHON VINICIUS DE CARVALHO SALES
CPF: 047.425.175-83


PATRICK SANTOS GAMA
CPF: 058.835.585-26

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
CERTIFICO O REGISTRO EM 30/08/2017 SOB Nº. 97693353
JUCEB Protocolo: 17/390642-7, DE 30/08/2017

Empresa: 29 2 0441997 7
SALES GAMA VIANA CONFECÇOES E
COMERCIO LTDA ME


HÉLIO PORTELA RAMOS
SECRETARIO-GERAL

Req: 8170000741163

Página 3



Certifico o Registro sob o nº 97693353 em 30/08/2017
Protocolo 173906427 de 30/08/2017
Nome da empresa SALES GAMA VIANA CONFECÇOES E COMERCIO LTDA ME NIRE 29204419977
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 263515419549065
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/08/2017
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 27.976.055/0001-98

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:29:15 do dia 30/04/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/10/2020.

Código de controle da certidão: **119D.1DC0.4B59.34D6**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20201124375

RAZÃO SOCIAL	
SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMERCIO LTDA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
141.298.528	27.976.055/0001-98

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 20/04/2020, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA
FAZENDA MUNICIPAL – DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número da Certidão 0004309	Código Geral 1284048
--------------------------------------	--------------------------------

Código	Nome/Razão Social SALES GAMA VIANA CONFECÇOES E COMERCIO LTDA ME		
C.N.P.J 27976055000198	Insc. Est.	C.P.F	R.G

Endereço AVENIDA PRINCESA ISABEL, Nº: 1639 -		
SAO CAETANO	ITABUNA	BA

A Prefeitura Municipal de Itabuna - BA, conforme preceitua o Art. 273 da Lei Municipal nº 2.173 de 01/10/2010 - Código Tributário Municipal, certifica para os devidos fins que, NÃO CONSTA DÉBITO pertencentes ao contribuinte. E, para constar, foi extraída a presente certidão, cuja validade e de 90 (Noventa) dias contados a partir da data de sua emissão.

As certidões fornecidas não excluem o direito da Fazenda Municipal cobrar, quaisquer débitos que posteriormente venham a ser apurados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura Municipal de Itabuna na Internet, no endereço <http://www.itabuna.ba.gov.br/>

Emitida em 21/04/2020

Validade 90 dias

Chave de Validação: 20200004309

Av. Princesa Isabel, Nº 678
São Caetano
CEP: 45.607.001 – Itabuna-Bahia

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 27.976.055/0001-98

Razão Social: SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMERCIO LTDA ME

Endereço: AV PRINCESA ISABEL 1639 TERREO B / SAO CAETANO / ITABUNA / BA /
45607-003

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/03/2020 a 19/07/2020

Certificação Número: 2020032204445173420114

Informação obtida em 21/04/2020 08:39:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMERCIO LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 27.976.055/0001-98

Certidão nº: 9442616/2020

Expedição: 21/04/2020, às 08:36:05

Validade: 17/10/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMERCIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **27.976.055/0001-98**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

ADJUDICAÇÃO DO OBJETO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2020

O Prefeito Municipal de Buerarema – Bahia, através da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que foram cumpridas todas as formalidades nas Leis Federais nº 8.666/93, 13.979/20 e a Medida Provisória nº 926/20, ante a Licitação na Modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 023/2020 - Aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19 e atentando ao julgamento da Comissão de Licitação, **ADJUDICA** o objeto deste processo licitatório para a Empresa **SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME**, Empresa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.976.055/0001-98, com sede na Cidade de Itabuna/BA, na Avenida Princesa Isabel, nº 1.639, Térreo B, Bairro São Caetano, CEP: 45.607-003. Vigência 30/06/2020.

Valor global do Objeto Adjudicado é de R\$ 19.150,00 (dezenove mil e cento e cinquenta reais).

Buerarema - BA, 11 de Maio de 2020



Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira
Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DO ATO FORMAL DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2020

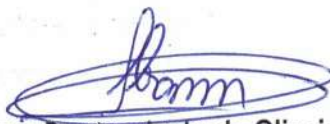
O Prefeito Municipal de Buerarema, no uso da competência que lhe outorgam as Leis Federais nº 8.666/93, 13.979/20 e a Medida Provisória nº 926/20, no parecer da Comissão Permanente de Licitação e no Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica Municipal, vem formalizar a RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, para a contratação direta com a Empresa **SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME**, Empresa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.976.055/0001-98, com sede na Cidade de Itabuna/BA, na Avenida Princesa Isabel, nº 1.639, Térreo B, Bairro São Caetano, CEP: 45.607-003.

Objeto: Aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19. Ratificado na data de 11 de Maio de 2020.

A Comissão Permanente de Licitação, através de seu Presidente, deverá tomar as medidas cabíveis, tendo em vista o valor total de R\$ 19.150,00 (dezenove mil e cento e cinquenta reais).

Publique-se no local de costume. Celebre-se o respectivo contrato, que será regido obedecendo às formalidades de direito público, na forma do art. 61 e 62 da lei 8.666/93, cuja minuta foi aprovada pela Procuradoria Jurídica.

Buerarema - BA, 11 de Maio de 2020.



Vinícius Ibrann Dantas Andrade Oliveira

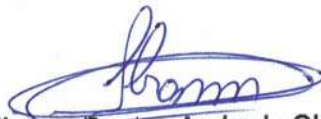
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2020

O Prefeito Municipal de Buerarema – Bahia, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que foram cumpridas todas as formalidades das Leis Federais nº 8.666/93, 13.979/20 e a Medida Provisória nº 926/20, ante a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 023/2020 – Objeto: Aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19, contratando a Empresa **SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME**, Empresa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.976.055/0001-98, com sede na Cidade de Itabuna/BA, na Avenida Princesa Isabel, nº 1.639, Térreo B, Bairro São Caetano, CEP: 45.607-003, **HOMOLOGA** o processo de licitação na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, na data de 11 de Maio de 2020.

A Comissão Permanente de Licitação, através de seu Presidente, deverá tomar as medidas cabíveis, tendo em vista o Valor Global do serviço de: R\$ 19.150,00 (dezenove mil e cento e cinquenta reais).

Buerarema - BA, 11 de Maio de 2020



Vinicius Ibrarr Dantas Andrade Oliveira
Prefeito Municipal

À

Procuradoria Jurídica

Encaminhe-se à Procuradoria Jurídica para a elaboração do instrumento contratual, conforme os termos do parecer da Comissão Permanente de Licitação contido nestes autos, convocando-se o licitante para assinatura do instrumento.

Gabinete do Prefeito, 11 de Maio de 2020

Atenciosamente,



Vinícius Ibrann Dantas Andrade Oliveira
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 023/2020

CONTRATO

CONTRATO Nº 089/2020

**CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BUERAREMA E SALES
GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME.**

O **MUNICÍPIO DE BUERAREMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 13.721.188/0001-09, com sede junto à Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Góes Calmon, 591, Centro, Buerarema/BA, representado neste ato pelo seu representante o Prefeito Municipal, Sr. Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira, portador da Cédula de identidade nº 0953982289, emitida pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF nº 017.999.825-05, residente e domiciliado em Buerarema/BA na Rua 9, nº 390, Loteamento Jardim Pouso Feliz, CEP: 45.615-000, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e figuram neste ato como coparticipante o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FUMSAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o nº 13.558.360/0001-55, localizado na cidade de Buerarema/BA, na Avenida Góes Calmon, nº 774, Centro, CEP: 45.615-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, designada pelo decreto nº 06/2017, Ivna Oliveira Mororó, portadora da Cédula de identidade nº 07655097-41, emitida pela SSP/BA, e inscrita no CPF/MF: 019.510.65557, residente e domiciliada em Itabuna/BA, na Rua Pedro Zildo Guimarães, nº 198, Apto. 1.401, Ed. Henri Matisse, Bairro Zildolândia, CEP: 45.600-730 e, a Empresa **SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME**, Empresa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.976.055/0001-98, com sede na Cidade de Itabuna/BA, na Avenida Princesa Isabel, nº 1.639, Térreo B, Bairro São Caetano, CEP: 45.607-003, neste ato representado na forma do seu Contrato Social, pelo Sr. Everthon Vinicius de Carvalho Sales, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 1280831588, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF sob nº 047.425.175-63 e, domiciliado em Itabuna/BA, com endereço na Rua Bom Jesus da Lapa, nº 160, Bairro Sarinha Alcântara, CEP: 45.608-100, aqui denominada **CONTRATADA** com base na Dispensa de Licitação nº 023/2020, e disposições da Lei Federal nº 13.979/2020 e Medida Provisória nº 926/2020, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

I - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto deste contrato é a aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19.

§ 1º - A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões na aquisição dos materiais objeto da presente licitação, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme Art. 65 da Lei nº 8.666/93 com as alterações da Lei 8.883/94.

II - CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1- As despesas com a contratação, para o fornecimento do objeto licitado, correrão por conta dos recursos municipais da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

- a) Poder: 02 – Poder Executivo
- b) Órgão: 08 – Secretaria de Saúde
- c) Unidade: 020802 – Fundo Municipal de Saúde
- d) Função: 10 – Saúde
- e) Sub-função: 122 – Administração Geral
- f) Programa: 0002 – Saúde e Qualidade de Vida
- g) Atividade/Projeto: 2053 – Enfrentamento de Emergência COVID-19
- h) Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
- i) Fonte de Recurso: 14 – Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Enfrentamento de Emergência COVID-19

III - CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O valor total do contrato é de **R\$ 19.150,00 (dezenove mil cento e cinquenta reais)**.

PRODUTO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
MÁSCARAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL COM 01 CAMADA DE TRICOLINE 100% ALGODÃO E 01 CAMADA DE 100% POLIÉSTER COM ESTAMPA E ALÇAS DE VIÉS FIXAS.	UND	4.900	R\$ 3,50	R\$ 17.150,00
COLETE ABERTO, PERSONALIZADO SUBLIMAÇÃO TOTAL, EM TECIDO OXFORD, COM ELÁSTICOS LATERAIS.	UND	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
			VALOR TOTAL	R\$ 19.150,00

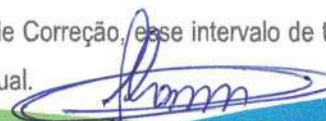
3.1.1 – O pagamento através da apresentação da Nota Fiscal/Fatura no mínimo duas vias;



§ 1º - Nos preços ofertados na proposta do Contratado já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transportes, seguros, impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

§ 2º - O pagamento será efetuado com base na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, no mínimo 02 (duas) vias, conforme o caput.

§ 3º - Quando houver erro de qualquer natureza, na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o documento será devolvido, imediatamente, para substituição e/ou emissão de Nota de Correção, esse intervalo de tempo não será considerado para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratual.



Quatro

IV - CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

4.1- A entrega será da seguinte forma:

Prazo de entrega:

- a) De 24 horas (01 dia), a partir da solicitação da Contratante.

4.2- O recebimento dos produtos, objeto desta licitação, obedecerá as normas fixadas na Lei 8.666/93, e as demais disposições constantes da Minuta do Contrato **Anexo V** deste Edital.

4.3- Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666/93, fica designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução contratual decorrente do acréscimo da demanda a Servidora RENATA LORDÉLO SILVA – COORDENADORA DA ATENÇÃO BÁSICA, devendo anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

4.4- Os produtos objeto deste Contrato serão fornecidos em embalagem adequada e entregues nos órgãos interessados desta Prefeitura.

4.5- A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não eximirá a contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

4.6- O contrato terá vigência até 30/06/2020, poderá estender-se caso gere obrigações além dessa data.

V - CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1- A CONTRATADA OBRIGA-SE A:

- a. Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do material contratado, exceto quando isso ocorrer por exigência da Contratante ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b. Efetuar os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato por sua conta, na forma do art. 75 da Lei 8666/93 com as alterações da Lei 883/94;



- c. Notificar o CONTRATANTE, de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança de sua Diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao CONTRATANTE, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- d. A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos ao fornecimento do objeto, nos estritos termos do art. 14 da Lei nº 8.078, de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).
- e. Arcar com as despesas do seguro de transporte no deslocamento do(s) produtos;
- f. Emitir Notas Fiscais ou Faturas deverão ser apresentadas no mínimo em 02 (duas) vias e será uma nota ou fatura para cada Unidade solicitante, pois a prestação de contas serão separadas.
- g. Reconhecer os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei 8.666/93.
- h. Permanecer, durante o período da execução do contrato, com a mesma qualificação jurídico-fiscal utilizada durante o procedimento licitatório, mantendo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- j. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme previsto no Art 55, inciso XII da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: A empresa deverá apresentar junto com a(s) nota(s) fiscal(is) e/ou fatura(s):

1. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal;
2. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual;
3. Prova de regularidade junto à Fazenda Federal, referente à Dívida Ativa da União e Tributos Federais;
4. Prova de regularidade junto ao FGTS;
5. Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho.

VI - CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.2- Além das obrigações já previstas no presente contrato, a Contratante obriga-se a:

- a) Publicar o resumo do Contrato e os Aditamentos que houver, no Diário Oficial Eletrônico do Município de Buerarema, até o QUINTO DIA ÚTIL do mês seguinte ao da sua assinatura contanto que isto ocorra dentro de 20 dias a contar da referida assinatura, conforme art.61, §1º da Lei 8666/93 com as alterações da Lei 8.883/94.

VII - CLÁUSULA SÉTIMA - DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO

7.1-O regime de execução do presente contrato é de aquisição parcelada por item correspondente ao(s) lote(s) ganho(s).

§ 1º - O recebimento definitivo do objeto deste Contrato, só se concretizará após adotados pela Contratante, todos os procedimentos do art. 73, inc. II, das Leis 8.666/93 com as alterações da Lei 8.883/94.

VIII - CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1- O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no presente contrato sujeitará o Contratado às sanções previstas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.2. A CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas na Lei Federal 8.666/93. A multa aplicada para a inexecução do contrato terá os seguintes limites máximos:

8.2.1. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da sua convocação;

8.2.2. 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia corrido de atraso no fornecimento, sobre o valor do fornecimento não realizado;

8.2.3. 0,7% (zero vírgula sete por cento) ao dia, sobre o valor do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo;

8.3. A CONTRATADA responderá por qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, ao CONTRATANTE ou a terceiros, em razão da prestação dos serviços cobertos durante o período de garantia dos equipamentos fornecidos.

§ Único – A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.



IX - CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1- A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, observadas, para tanto, às disposições da Seção V, Capítulo III das Leis 8.666/93 com as alterações da Lei 8.883/94.

Parágrafo Único - No caso de rescisão deste Contrato, a Contratada receberá, apenas, o pagamento relativo ao objeto fornecido à Contratante.

9.2 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, prevista no art. 77 e seguinte da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

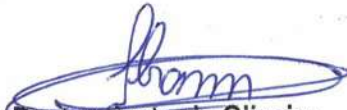


Ao

Setor de Contabilidade

Autorizo a Divisão de Contabilidade empenhar o referido processo do objeto: Aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19, para a contratação da Empresa **SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME**, Empresa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.976.055/0001-98, com sede na Cidade de Itabuna/BA, na Avenida Princesa Isabel, nº 1.639, Térreo B, Bairro São Caetano, CEP: 45.607-003, com um valor global de R\$ 19.150,00 (dezenove mil e cento e cinquenta reais) e posterior quitação.

Gabinete do Prefeito, 11 de Maio de 2020



Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira
Prefeito Municipal

Ao Gabinete do Prefeito

Conforme solicitado, informamos que o referido processo do objeto: Aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19, firmado com a Empresa **SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME**, Empresa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.976.055/0001-98, com sede na Cidade de Itabuna/BA, na Avenida Princesa Isabel, nº 1.639, Térreo B, Bairro São Caetano, CEP: 45.607-003, com um valor global de R\$ 19.150,00 (dezenove mil e cento e cinquenta reais), foi devidamente empenhado.

Divisão de Contabilidade, 11 de Maio de 2020



Manoel Cristian Santos Ramos
Setor Contábil



ESTADO DA BAHIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BUERAREMA
AVENIDA GOES CALMON

C.N.P.J.: 13.558.360/0001-55

NOTA DE EMPENHO
MAIO-2020

NOTA DE EMPENHO Nº 511002

REQUISIÇÃO Nº:

FORNECEDOR

Nome: SALES GAMA VIANA CONFECÇOES E COMERCIO LTDA
Endereço AV PRINCESA ISABEL
Bairro: SAO CAETANO
E-mail: CAMISAS.SUBLIME@GMAIL.COM

C.N.P.J.: 27.976.055/0001-98 UF: BA
Compl.: TERREOB
Cidade: ITABUNA
Tel: (73) (361) 7-5-702/

Banco: Agencia: Conta:

CLASSIFICAÇÃO

Unidade Orçamentária: 02 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 Saúde
SubFunção: 122 Administração Geral
Programa: 0002 SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA
Ação: 2053 ENFRENTAMENTO DE EMERGÊNCIA COVID-19
SubElemento: 3.3.90.30.99 Material de Consumo – Outros
n.te: 0 1 14 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS
Centro de custo: 001-001 Geral

Licitação: DISPENSA

CONTRATO/ANO	TIPO	DOTAÇÃO	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
	GL - Global	150.000,00	19.150,00	130.850,00

HISTÓRICO

CONTRATO Nº 089/2020 DISPENSA 023/2020 - DESPESAS EMPENHADAS COM A AQUISIÇÕES DE MASCARA DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EM TECIDO E COLETES PERSONALIZADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

ITENS

ITEM	CÓDIGO	DESCR.	QTD	UNID	VLR UNIT R\$	TOTAL

VALOR TOTAL DOS ITENS 19.150,00

VALOR A SER PAGO R\$ 19.150,00

dezenove mil, cento e cinquenta reais *****

Data: 11/05/2020

Autorizo o empenho desta despesa

Esta despesa foi empenhada em crédito próprio

Quaco
IVNA OLIVEIRA MORORÓ
SECRETARIA DE SAÚDE

Manoel Cristian Santos Ramos
MANOEL CRISTIAN SANTOS RAMOS
CHEFE DE CONTABILIDADE

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 023/2020

PUBLICAÇÕES

FINAIS



Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Buerarema

quarta-feira, 13 de maio de 2020

Ano VIII - Edição nº 00747 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Buerarema publica



Avenida Goes Calmon | 591 | Centro | Buerarema-Ba

buerarema.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
81F36B64210F2D105225D03D9E869D26

Prefeitura Municipal de Buerarema

SUMÁRIO

- ORDEM DE SERVIÇO 001/2020.
- EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO 01 AO CONTRATO 079/2019.
- PUBLICAÇÕES DISPENSA 023/2020.
- PUBLICAÇÕES TOMADA DE PREÇOS 001/2020
- AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL 037/2020 – SRP.
AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL 038/2020 – SRP.
- AVISO DA TOMADA DE PREÇOS 004/2020
- DECRETO N° 408/2020 DE 13 DE MAIO DE 2020.

Prefeitura Municipal de Buerarema

Dispensa



ATO FORMAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 023/2020

O Prefeito Municipal de Buerarema, no uso da competência que lhe outorga a Lei Federal 13.979/20 e a Medida Provisória nº 926/20, no parecer da Comissão Permanente de Licitação e no Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica Municipal, vem formalizar a DISPENSA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, para a aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19. Prazo 30/06/2020. Totalizando R\$ 19.150,00 (dezenove mil cento e cinquenta reais), constantes do respectivo Processo de Dispensa de Licitação 023/2020, devendo ser celebrado o contrato com a Empresa **SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME**, Empresa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.976.055/0001-98, com sede na Cidade de Itabuna/BA, na Avenida Princesa Isabel, nº 1.639, Térreo B, Bairro São Caetano, CEP: 45.607-003. Publique-se no local de costume. Celebre-se o respectivo contrato, que será regido obedecendo às formalidades de direito público, na forma do art. 61 e 62 da lei 8.666/93, cuja minuta foi aprovada pela Procuradoria Jurídica.

Gabinete do Prefeito, 11 de Maio de 2020

Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira
Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2020

A Prefeitura Municipal de Buerarema – Bahia, com a base na Lei Federal 13.979/20 e a Medida Provisória nº 926/20, torna público a Adjudicação do Objeto da Dispensa de Licitação nº 023/2020 – aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19, para a Empresa **SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME**, Empresa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.976.055/0001-98, com sede na Cidade de Itabuna/BA, na Avenida Princesa Isabel, nº 1.639, Térreo B, Bairro São Caetano, CEP: 45.607-003. Valor global R\$ 19.150,00 (dezenove mil cento e cinquenta reais). Adjudicado o objeto no dia 11 de Maio de 2020. Buerarema, Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira - Prefeito Municipal.

*Avenida Góes Calmon, 591, Centro CEP:45.615-000
Buerarema -Ba. • CNPJ: 13.721.188/0001-09*

Avenida Goes Calmon | 591 | Centro | Buerarema-Ba
buerarema.ba.gov.br

Prefeitura Municipal de Buerarema



HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2020

A Prefeitura Municipal de Buerarema – Bahia, com a base na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Federal 13.979/20 e a Medida Provisória nº 926/20, torna público a Homologação da Dispensa de Licitação nº 023/2020 – cujo objeto é a aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19, para a Empresa **SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME**, Empresa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.976.055/0001-98, com sede na Cidade de Itabuna/BA, na Avenida Princesa Isabel, nº 1.639, Térreo B, Bairro São Caetano, CEP: 45.607-003. Valor global R\$ 19.150,00 (dezenove mil cento e cinquenta reais). A Prefeitura Municipal de Buerarema HOMOLOGA o referido processo de dispensa em 11/05/2020. Buerarema, Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira – Prefeito Municipal.

Avenida Góes Calmon, 591, Centro CEP:45.615-000
Buerarema -Ba. • CNPJ: 13.721.188/0001-09

Avenida Goes Calmon | 591 | Centro | Buerarema-Ba

buerarema.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4E927814F0ACC4AB67BCFBC49E6B403E

Prefeitura Municipal de Buerarema



EXTRATO DO CONTRATO Nº 089/2020 VINCULADO A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2020

CONTRATANTE – PREFEITURA MUNICIPAL DE BUERAREMA – **CONTRATADA** – SALES GAMA VIANA CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME CNPJ sob o nº 27.976.055/0001-98 – **OBJETO**: aquisição de máscaras de proteção individual em tecido e coletes personalizados, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas ações de enfrentamento a Pandemia do COVID-19. Data do Contrato 11/05/2020; Prazo: 30/06/2020; Valor do Contrato R\$ 19.150,00 (dezenove mil e cento e cinquenta reais). Certifico para fins de prova, a quem de direito, conforme determinação legal foi devidamente divulgado com publicação no mural da Prefeitura por 5 (cinco) dias úteis. Buerarema, 11 de Maio de 2020 – Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira – Prefeito Municipal

Avenida Góes Calmon, 591, Centro CEP:45.615-000
Buerarema -Ba. • CNPJ: 13.721.188/0001-09

Avenida Góes Calmon | 591 | Centro | Buerarema-Ba
buerarema.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4E927814F0ACC4AB67BCFBC49E6B403E